



"AQUELE QUE NÃO LUTA PELO FUTURO QUE QUER, DEVE ACEITAR O FUTURO QUE VIER."

Assembleia unificada das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro será dia 15/02

2013 foi um ano histórico para os profissionais de educação, quando conseguimos trazer a sociedade para lutar ao nosso lado em favor da educação pública, laica, democrática e de qualidade. Mas em 2014, a nossa mobilização terá que ser muito maior para conquistarmos a nossa pauta unificada de reivindicações.

A primeira assembleia geral unificada do ano letivo vai ocorrer no sábado, dia 15 de fevereiro, às 14h, no auditório do Instituto de Educação (Rua Mariz e Barros, nº 273, na Tijuca – perto da estação Afonso Pena do Metrô). No dia 24/02 (segunda-feira), na parte da tarde, o Sepe vai realizar uma aula pública inaugural do ano letivo – com a participação

das redes estadual, municipal do Rio e demais redes municipais, no Centro do Rio, para marcar o início da mobilização da educação pública em 2014.

Este ano, nossa mobilização terá que ser firme, já que terminamos o ano de 2013 com diversas pendências em relação ao que foi acordado no Supremo Tribunal Federal (STF) com a SME/RJ e Seeduc, no fim das greves nas duas redes - tudo isso motivou nossa ida ao Ministério Público para denunciar a quebra do acordo (leia mais na página 4).

Além disso, ocorreram diversos empecilhos por parte da Seeduc para que as escolas implementassem, de forma autônoma, a reposição das aulas. Já com relação à Secretaria Municipal de Educação

(SME/RJ), durante o mês de dezembro de 2013, o Sepe teve que percorrer as escolas para garantir o direito das férias dos profissionais e alunos em janeiro. Também ocorreram descontos indevidos nos contracheques de novembro da rede municipal e que só foram corrigidos devido às denúncias da categoria.

2014 também será o ano do 14º Congresso Ordinário do Sepe, que será realizado de 26 a 29 de março.

Com tudo isso, convocamos todos os professores e funcionários das escolas estaduais e municipais do Rio de Janeiro para participarem da assembleia unificada do dia 15 de fevereiro.

15 de fevereiro: Assembleia unificada das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, 14h, auditório do Instituto de Educação (Rua Mariz e Barros, nº 273, Tijuca).

24/02: Aula pública inaugural, à tarde, com a participação das redes estadual, municipal do Rio e demais redes municipais, no Centro do Rio.

Governo do estado e prefeitura pagar salários melhores a seus

Estudo do Sepe/Dieese mostra que gastos com o pessoal e encargos 2013 ficaram bem abaixo do limite imposto pela Lei de Responsabilidade

Quando olhamos para as contas públicas do estado do Rio de Janeiro, evidencia-se que a receita total vem aumentando significativamente nos últimos anos. Isso ocorreu muito em função do incremento na arrecadação corrente, mas também de um forte crescimento verificado nas receitas de capital.

Para o ano de 2014, a expectativa é de que a receita total do estado atinja quase R\$ 76 bilhões. Desse montante, R\$ 61,4 bilhões correspondem a receitas correntes e R\$ 14,5 bilhões a receitas de capital. A receita total estimada para 2014 indica um crescimento de 4,4% sobre a estimativa apontada para o ano de 2013.

Em relação às despesas, a expectativa é de que os gastos com a função educação atinjam 6,8 bilhões de reais em 2014, sendo que somente o orçamento da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) ficaria com 4,8 bilhões.

Ao comparar esses dados com aqueles realizados em 2012 e fixados para 2013, verifica-se que a previsão de um crescimento nominal dos gastos da SEEDUC da ordem de 15%, em relação ao ano de 2012. Entretanto, com relação ao que foi fixado para 2013, a perspectiva é de que haja uma queda, também nominal, de 2,4%.

A queda na expectativa de despesa é ainda maior quando olhamos para a função educação. Em relação ao gasto realizado em 2012, evidencia-se uma redução nominal de 17%. Já em relação ao fixado para 2013 (9,5 bilhões de reais), a despesa esperada para 2014 é 28,6% menor.

A despesa total fixada para 2014 apresenta o mesmo movimento, de queda nominal, em relação àquela fixada para o exercício de 2013. A expectativa é de que, para este ano, a despesa total seja 4,6% menor do que a do exercício atual. Mas, em relação à despesa total realizada em 2012, verifica-se um incremento de 19,6%.

Em relação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o estado do Rio de Janeiro indica ter havido uma folga para aumento dos gastos com pessoal, no que diz respeito às imposições da legislação. No período de setembro de 2012 a agosto 2013 (último relatório disponível), os gastos com pessoal e encargos sociais representaram 32,14% da receita corrente líquida apurada, portanto, bem abaixo do limite prudencial de 46,55% estabelecido pela lei.

Contas Públicas do Município do Rio de Janeiro

Da mesma forma que o estado, o município do Rio de Janeiro tem apresentado ganhos significativos na sua receita total nos últimos anos. Para o ano de 2014, a expectativa é de que a esta receita atinja quase R\$ 27,2 bilhões. Desse montante, R\$ 22,7 bilhões correspondem a receitas correntes e R\$ 4,5 bilhões a receitas de capital. A receita total estimada para 2014 supera em 9,06% a estimativa apontada para o ano de 2013.

Em relação às despesas, a expectativa é de que os gastos com a função educação atinjam R\$ 5,3 bilhões em 2014, sendo que o orçamento da Secretaria Municipal de Educação (SME) abarca quase 100% deste valor. Ao comparar esses dados com aqueles fixados para 2013, verifica-se que há uma expectativa de crescimento nominal dos gastos da SME da ordem de 11%, em relação aquilo que foi fixado para 2013.

Os gastos em educação são compostos, em grande parte, por gastos relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e outros gastos. A Constituição Federal determina que 25% da receita resultante de impostos e transferências deve ser aplicado em MDE. A expectativa colocada no orçamento é de que haverá uma aplicação, em 2014, de 33,23% destas receitas em MDE, porém, o cálculo apresentado pela PMRJ considera os ganhos do FUNDEB como aplicação de recursos próprios, o que, caracteriza-se como irregular. Ao reformularmos os cálculos, retirando, portanto, os ganhos do FUNDEB, evidencia-se que a expectativa de aplicação é de 25,43% dos recursos próprios em MDE, no município.

Em relação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que, também o município do Rio de Janeiro registrou folga para ampliação dos gastos com pessoal, no que diz respeito às imposições da legislação. No ano de 2013, os gastos com pessoal e encargos sociais representaram 40,09% da receita corrente líquida apurada, portanto, bem abaixo do limite prudencial de 51,3% estabelecido pela lei.

Mobilização em todo o país pela educação

A indignação dos profissionais de educação se espalhou por todo o país em 2013, como mostra a tabela. Muitos estados se mobilizaram por melhores salários e condições de trabalho – com certeza, as greves da rede municipal do Rio de Janeiro e da rede estadual, que chegaram até a serem discutidas no STF, foram uma fonte de inspiração para mobilização de muitos colegas nas escolas em todo o Brasil.
(veja tabela ao lado)

do Rio podem servidores

gos sociais em bilidade Fiscal

Greves na educação em 2013 no Brasil

ESTADOS	DURAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO	REIVINDICAÇÕES
ACRE	36 dias na Rede estadual iniciada em junho.	Aumento salarial e incorporação da valorização e desempenho profissional para professores licenciados.
ALAGOAS	Duas greves no ano, uma em março e outra em setembro	Enquadramento dos funcionários no Plano de Cargos e Carreira (PCC), o aumento salarial dos professores de nível médio e a chamada de concursados.
AMAPÁ	Greve entre maio e junho	Revogação imediata do artigo 3º da Lei nº 1.540/2011 e a realização de estudo objetivando a construção de uma nova proposta de regulamentação da data base.
AMAZONAS	Paralisação em Apuí entre 3 e 5 de junho	A greve terminou após proposta de reajuste de 14% para professores e 9% para os demais trabalhadores da educação.
CEARÁ	Paralisação em abril	A rede municipal de Fortaleza, além de outros municípios vizinhos, como Ipu, Chorozinho e Palhano, onde a greve durou 14 dias, também participaram da mobilização. Um dos casos de maior repercussão no estado foi na cidade de Juazeiro do Norte.
ESPÍRITO SANTO	Apenas paralisações pontuais	Melhoria das condições de trabalho.
GOIÁS	26 dias de paralisação em Goiânia	O movimento apresentou uma pauta de reivindicação com 24 itens. Entre os principais pontos estavam o benefício de transporte para todos os professores e auxiliares educativos.
MINAS GERAIS	Apenas paralisações pontuais	Melhoria das condições de trabalho.

PARÁ	Diversas redes municipais entraram em greve, reivindicando melhorias nos salários e na carreira	Reivindicando melhorias nos salários e na carreira, entre elas as de Breve, Tucuruí, Dom Eliseu, Vigia, Floresta, Nova Ipixuna, Barcarena, Igarapé-Açu, Portel, Pariconha Curralinho, Abaetetuba, Santarém, Quebrangulo, Piaçabuçu e na capital, Belém.
PARANÁ	Apenas manifestações	Os profissionais municipais de Curitiba reivindicaram aposentadoria especial de 25 anos, eleição de diretores de Cmeis, educadores volantes após o concurso público, curso de graduação e redução de jornada para 30 horas.
RIO GRANDE DO NORTE	Greve de mais de 30 dias na rede estadual	O governo propôs equiparar o salário do professor com nível médio ao piso nacional a partir de junho e dar aumento para os outros níveis a partir de setembro, mas de forma dividida até dezembro. A cada mês haveria aumento de 7,6% até chegar a 34%.
RIO GRANDE DO SUL	Apenas manifestações	Melhoria das condições de trabalho.
RONDÔNIA	Quatro municípios fizeram greve: Cantar, Boa Vista, Pacaraima e Cujubim, onde os professores paralisaram as atividades por uma semana.	Aumento salarial e melhoria das condições de trabalho.
SANTA CATARINA	Apenas manifestações	Melhoria das condições de trabalho.
SÃO PAULO	Os professores da Rede municipal permaneceram em greve entre 3 e 24 maio	Reivindicaram reajuste salarial de 17%, em relação às perdas inflacionárias desde 2011. A mobilização terminou após a prefeitura garantir aumento de 10,19% em 2013 e 13,43% em 2014.
TOCANTINS	Grandes mobilizações na rede estadual e greve em diversos municípios	Foram realizados atos e manifestações em Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Ananás, Miranorte, Miracema, Gurupi, Paraíso, Porto Nacional, Natividade, Taguatinga, Nova Rosalândia, Ponte Alta do Tocantins, Dianópolis, Arraias e Palmas. Houve greve também em Araguaína, Nova Olinda e Ponte Alta do Tocantins.

*Não foram encontradas informações precisas nos estados que estão de fora da tabela.

2013 foi um ano histórico – vamos lutar para que 2014 também seja

Em 2013, a greve da rede municipal do Rio de Janeiro foi histórica. A rede estadual aderiu ao movimento, iniciado em agosto, e unificou as lutas. Assim, no ano passado os profissionais, tanto da rede estadual, quanto da rede municipal do Rio de Janeiro, reagiram à política de destruição das escolas públicas perpetradas pelo governador Cabral e o prefeito Paes, e entraram em greve, com grande adesão da categoria e apoio da população. O movimento foi tão forte que atraiu a sociedade para a discussão sobre as políticas educacionais meritocráticas implementadas pelos governantes.

A greve dos profissionais de educação, entre agosto e outubro, fez parte de uma segunda onda de protestos - iniciados em junho. Uma onda de protestos que dizia também: “não é só pelos 20 centavos, mas por muito mais”. E neste “muito mais” se incluía a qualidade da Educação Pública e gratuita.

Assim, fomos às ruas das cidades, aos milhares e de modo pacífico, enfrentando a truculência da PM, mostrando à população nossas reivindicações unificadas; mostrando como os governantes fazem pouco caso com os serviços essenciais à população. Nossa greve comprovou que para Cabral e Paes a educação é uma mercadoria num balcão de negócios. E, enquanto isso, as escolas continuam em péssimas condições de trabalho, turmas em sua maioria superlotadas e salários desprezíveis para os profissionais.

Nosso movimento unificado ano passado foi tão

forte que a prefeitura concedeu mais de 15% de reajuste; e o governo do estado desistiu de aplicar a Certificação Digital, o mais importante programa meritocrático da Seeduc e contra o qual lutávamos desde o início do ano.

Mas temos que avançar ainda mais rumo à conquista da nossa pauta de reivindicações histórica, que foi elaborada no Congresso do Sepe de 2011. E para isso teremos que unificar a luta de todas as redes. Este é o nosso grande objetivo em 2014 e para qual o Sepe convoca a categoria: unificar a luta pela conquista da pauta de reivindicações unificada. Por isso, o Sepe convoca os profissionais das escolas estaduais e da rede municipal do Rio de Janeiro a participarem da assembleia unificada no dia 15 de fevereiro, às 14h, no Instituto de Educação, na Tijuca. Abaixo, a pauta unificada:

- 1) Fim da privatização das escolas e da política meritocrática de Cabral e Paes;
- 2) Melhores condições de trabalho e salários dignos, com um piso de cinco salários para o professor e 3,5 para os funcionários, número máximo de alunos por turma, entre outras;
- 3) Plano de carreira unificado;
- 4) Autonomia pedagógica;
- 5) Democracia nas escolas, com eleições diretas para a direção;
- 6) Paridade e integralidade para os aposentados;
- 7) 30 horas para funcionários;
- 8) Implementação do 1/3 de planejamento extraclasse.

Sepe denunciou ao MP o descumprimento do acordo no STF

No dia 27 de janeiro, o Sepe denunciou ao Ministério Público o descumprimento do documento assinado no STF pelas redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, que previa diversos compromissos por parte do governo do estado e prefeitura do Rio, entre eles: a formação de GTs, nas duas redes, para discutir várias reivindicações da categoria. A reunião foi realizada com as promotoras da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e Tutela Coletiva de Proteção à Educação da capital.

Em relação à rede municipal do Rio, foi informado que nas reuniões já acontecidas, a SME/RJ não apresentou dados concretos para a implementação de

1/3 da carga horária para planejamento e a correção das distorções salariais oriundas do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR), aprovado pela Câmara de Vereadores ano passado.

Sobre a rede estadual, o sindicato denunciou que ainda não houve a criação do grupo de trabalho e que a Seeduc insiste na participação da Uppes no GT e até nas audiências com o Sepe. O Sepe também comunicou ao MP que, em assembleia, os profissionais de educação da rede estadual repudiaram a participação da Uppes nas reuniões com a Seeduc e GTs por não reconhecerem aquela entidade como representante da categoria.



Boletim do Sepe - Rede Estadual é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Fundado em 16 de julho de 1977

Sede central: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares

Centro - Rio de Janeiro/RJ

CEP 20031-040

Tel.: 2195-0450 - www.seperj.org.br

Realização: Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ

Fotos: Samuel Tosta e Rafael Gonzaga

Tiragem desta edição: 20 mil